

Colônia do Sacramento: o embate entre as coroas castelhana e lusitana

Daiane Estevam Azeredo

A história de fundação da Colônia do Sacramento tem sido discutida desde cedo no campo historiográfico, apresentando de maneira geral as disputas das coroas espanhola e portuguesa por sua possessão. Desta forma, sobressaem-se estudos que procuram analisar a legitimação de posse em favor de uma, e rechaçando a outra, o que não deixa de ser válido, visto que estes países possuem uma história de conflitos em comum. Assunto este que nos chamou a atenção para a realização de um debate historiográfico.

Esse conflito é analisado pela grande maioria de historiadores desde a descoberta de novas terras pelas Coroas castelhana e lusitana ocorrida no século XV. Percebe-se a atenção que houve em desenvolver uma série de tratados que evitassem a eclosão de conflitos entre esses povos. O Tratado de Tordesilhas foi uma dessas medidas que não obteve êxito, tornando-se um dos supostos motivos de disputa por ambas as coroas pelo território em torno do Rio da Prata.

Devido à imprecisão quanto ao método de demarcação imposto pelo Tratado de Tordesilhas, ocorriam andanças¹ dos portugueses nas possessões espanholas. Preocupados com isso, os espanhóis viam o perigo que a fundação da colônia poderia ocasionar sob a exploração de gado, principal prática comercial.

Na busca por solucionar a definição dos limites territoriais na América, Portugal e Espanha, por via diplomática, assinaram diversos tratados. Entre eles se destacam o Tratado de Utrecht, Madrid e Santo Ildefonso, assinados respectivamente em 1715, 1750 e 1777, que ora outorgava a posse da colônia à Espanha, ora a Portugal. Apesar dessas tentativas os conflitos foram constantes.

Em 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso sendo definida a posse da Espanha sobre a Colônia do Sacramento, os Sete Povos das Missões e a Ilha de São Gabriel. Por outro lado, a Coroa portuguesa recebeu o direito exclusivo de navegação e entrada no Rio Grande de São Pedro. É importante salientar que mesmo após assinatura do tratado havia o contato entre portugueses e espanhóis nessa região.

¹ Expressão utilizada por Antonio de la Rica Bermejo em sua obra *La Colônia Del Sacramento: Su Origen, Desarrollo y vicisitudes de su Historia*. Toledo, Editora Todelana, 1920.

O TRATADO DE TORDESILHAS

O Tratado de Tordesilhas é visto por muitos historiadores como uma das questões principais para a disputa das coroas castelhana e lusitana pela região em torno do Rio da Prata.

A historiografia clássica² ressalta que houve diversas tentativas para as demarcações entre as terras pertencentes a essas coroas, sendo o ponto chave para a disputa a imprecisão nas demarcações, visto que os portugueses não respeitavam os limites do Tratado de Tordesilhas. Por outro lado, outros autores afirmam que Portugal já tinha a pretensão em ocupar a região Platina, como outras áreas também, muito antes do referido Tratado.

O historiador Capistrano de Abreu aponta esse embate desde o início das descobertas, quando foi feito o anúncio de Cristóvão Colombo ao rei de Portugal sobre o descobrimento de novas terras, em que foi respondido pelo rei que essas terras lhe pertenciam, visto que o mar que banhava a Europa, a África e a Índia eram o mesmo. A própria Índia foi doada a Coroa de Portugal por diversos pontífices a partir de Nicolau II e os reis da Espanha reconheceram os direitos portugueses sobre essa terra.

Abreu afirma que se fixaram a limitação entre as possessões espanholas e portuguesas a cem léguas de distância de qualquer uma das Ilhas de Açores e de Cabo-Verde e atribuíam-se a Espanha todas as terras a descobrir ou descobertas indo ao Ocidente ou até a parte oriental. Contudo, isso não agradou nenhuma das coroas, assim, foi expedido o Tratado de Tordesilhas que fixava limite territorial não mais a 100 léguas, mas a 370 definindo a oeste do arquipélago do Cabo-Verde como o ponto de marcação.

Por outro lado, Jonathas da Costa Rego Monteiro destaca com mais afinco que a imprecisão do valor e do ponto de contagem das léguas foi real o motivo que provocou a guerra entre as duas coroas³. Esse problema também aparece na obra de Capistrano. Monteiro afirma que a imprecisão da marcação se dava por haver várias formas de se demarcar as léguas, como também a não posseção dos astrônomos de instrumentos que delineasse a longitude do mar.

² Por clássica entende-se como uma abordagem remota, e que é considerada pela grande maioria dos historiadores como uma das primeiras visões sobre o tema a que se referem.

³ Este fato é abordado com mais precisão na página 462 em sua obra: *A colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: GLOBO, 1937.

Com base nas discordâncias em definir os limites territoriais, Jonathas aponta que houve a necessidade de se reunirem novamente para chegar a um acordo⁴. Estes se reuniram⁵ após a não resolução da comissão de 22 de abril de 1529, e por haver um maior número de comissários portugueses do que espanhóis, foi proposto não mais a definição de um meridiano, mas um paralelo que passasse pelas ilhas Canárias, sugestão esta rejeitada pelos espanhóis.

Capistrano levanta outra questão relacionada a descoberta do Brasil, em que Portugal tratou de mandar expedições a fim de tomar “conta” e explorar o território recém descoberto. Assim, Abreu narra o fato de que um dos navios de expedição portuguesa, obrigados a voltar por falta de mantimentos passou os limites até então inexplorados⁶, que não ficara longe de Laguna (atual Santa Catarina). Os portugueses se fixaram em um espaço considerável pelo Golfão do Prata⁷ até o momento que reconheceram ser as margens deste como a desembocadura de um rio. Voltaram ao alto mar e seguiram a costa, onde encontraram índios. Deste modo descobriram o estreito de Magalhães. Esse fato foi abordado por Abreu para mostrar que os portugueses foram os primeiros europeus a alcançarem a bacia do Prata, e por considerar ser este um dos motivos que levou Portugal reivindicar por elas mais tarde.

Não houve somente esta interpretação, como mesmo aponta Capistrano, seus contemporâneos diziam que os navegantes espanhóis teriam achado um estreito ao sul, o que levou ao governo Espanhol considerar suas as terras descobertas pelo comandante Solis⁸.

Contrapondo a visão de Capistrano, Antonio Bermejo de La Rica e Sergio Buarque de Holanda afirmam que Portugal, em tempos atrás, já tinha a intenção de ocupar essa região, antes mesmo das tropas portuguesas desembarcarem em janeiro de 1680 em Buenos Aires para construir habitações e defesas. Assim, Portugal já mostrava a pretensão em ocupar essa área, não somente esta, mas também o interior, como Paraguai e Paraná.

Sergio Buarque afirma que “[...] Embora correspondesse a uma antiga aspiração portuguesa, a fixação do Rio da Prata como limite sul do Brasil só se efetivará em fins do século XVII”. (HOLANDA, 2003).

⁴Na obra de Capistrano narresse também vários momentos nessa tentativa de acordo, como as duas bullas de 3 de maio expedidas pelo papa Alexandre VI entre outras. Para uma análise mais aprofundada, ver a obra: *Sobre a Colônia do Sacramento*. Rio de JANEIRO: typographya Leuzinger, 1900.

⁵O autor não deixa claro quando teria se procedido esta reunião.

⁶Capistrano, IBIDEM, p. 9 e 10.

⁷Expressão retirada da obra de Capistrano, IDEM.

⁸Ver a obra de Capistrano, IBIDEM, P.10.

Pelo trecho acima e pelo próprio título do capítulo a este assunto dedicado na obra de Sergio Buarque de Holanda⁹, percebe-se que o autor relaciona a Colônia do Sacramento à expansão portuguesa ao sul do Brasil, com o propósito, sobretudo, de abordar a formação brasileira. Desta forma, nota-se o desejo de Portugal em conquistar terras¹⁰, mas o que lhe importava mais era a conquista dos grandes rios, como afirma Teixeira Soares. Soares aponta este fato em que:

A expansão pelo vale amazônico lhes assegurou domínio sobre três quartas partes da maior bacia fluvial do Mundo. O avanço em direção ao Prata iria dar-lhes a possibilidade de se fixarem na margem setentrional do estuário platino, a qual seria, assim, uma 'fronteira natural'. (SOARES, 1955, p.8)

Assim sendo, percebe-se como são debatidos e questionados os limites pelos quais eram definidos no Tratado de Tordesilhas, visto que não assegurou o limite das fronteiras entre portugueses e espanhóis, que acabou resultando em preocupação, sobretudo espanhola pelo comércio da região platina.

O COMÉRCIO DE CONTRABANDO

O comércio de contrabando é visto por parte dos historiadores apenas por seu caráter negativo, considerando a Colônia do Sacramento apenas como um centro de contrabando. Por outro lado, outros historiadores legitimam a prática de comércio ilegal nessa região, visto que havia áreas que não eram abastecidas oficialmente pelos Espanhóis. Sendo assim, essa prática era uma forma de contornar a situação. Outro seguimento dos estudiosos se refere ao contrabando como um meio que desenvolveu economicamente a região platina, e por fim, àqueles que questionam até mesmo o próprio termo contrabando utilizado pela grande maioria dos historiadores.

Primeiramente, é importante ressaltar que segundo Capistrano, com as expedições de Solís, comandante espanhol, e dos Navios portugueses, a região do Prata, ocorreu a reflexão sobre os limites de tais territórios, como já foi dito, visto que esta ficava nos limites do Tratado de Tordesilhas.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 13^o ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003, Tomo I, Vol. 1, pp. 349-395.

¹⁰A relação entre as fronteiras será analisada no terceiro capítulo a esta dedicado

O autor destaca que outra expedição ao Rio da Prata feita recente a de Solís foi a comandada por Christovão Jaques. Juan de Çuniga descreve-a em uma carta dirigida ao imperador Carlos V, como no seguinte trecho:

Dice que ajora três años, el Rei don Manuel le dió licencia que fuese á descubrir por aquella costa, prometiendoli grandes mercedes se hallase cobre y otras cosas que él deseaba y dice que se fué derecho al Brasil com dos carabelas, y que seguiu la costa del dicho brasil, y que halló á lãs CCC léguas, poço mas o menos, nueve hombres de los que fueron com um Juan de Solís a descubrir, y habló com ellos, y estan casados alli, e quiseram que él se los truxera, porque él non osó por ser castelhano, y porque el sabia que al Rey lê habia pesado de lo que iba a descubri el dicho Juan Solís, porque le prometió que si Dios alli le tornase que los traeria. (CAPRISTANO, 1900, p.11)

Desta maneira, Abreu afirma que nesse tempo começa a aparecer às desvantagens da linha de Tordesilhas. O objetivo do Tratado era definir os territórios que pertenceriam a Espanha e as que pertenceriam a Portugal. No entanto, devido aos motivos já apresentados no capítulo anterior, o tratado não conseguiu alcançar seu objetivo. Objetivo este que era, sobretudo, definir os limites territoriais para evitar as andanças dos portugueses no mesmo, visto que estes estavam desejosos de participar do comércio de contrabando que os espanhóis já praticavam. Para confirmar tal proposição, Abreu cita, por exemplo, o interesse dos paulistas nos lucros auríferos do contrabando dos espanhóis, em que se satisfaziam desse contrabando, pois não dependiam apenas do Peru.

Seguindo mesma base de idéias, Antonio de la Rica Bermejo também ressalta a preocupação que os espanhóis tiveram em defender sua possessão, visto ser um ponto estratégico para a obtenção de Prata de Potosí. Afirmou que foram tomadas medidas administrativas, como a criação de uma praça dentro da margem Norte do Rio de Prata e a proposta da criação do Conselho das Índias¹¹, a fim de zelarem por seu comércio.

Fabício Pereira Prado chama atenção sobre essa questão de outro modo. Afirma que Sacramento se destacava pela função de entrada dos produtos luso-brasileiros e de produtos estrangeiros do Prata, além de couro e principalmente prata escoados das minas de Potosí (alto Peru). Contudo, salienta que a Praça do Rio de Janeiro, expressão essa utilizada em sua obra que se propõem a uma visão mais particularista, não considerava apenas importante a

¹¹ Ver capítulo II da obra de Bermejo, IBIDEM

Prata, mas também os mercados de Buenos Aires, do Paraguai e Alto Peru, regiões marginalizadas pelo abastecimento Hispânico¹².

Segundo Prado, Capistrano possui uma visão negativa do comércio direto, atribuindo um caráter de crime a essa prática da época, chamando-o de “ninho antes de contrabandistas do que de soldados”. Essa visão também se destaca na obra de Jonathas Costa de Rego Monteiro, embora se dedique pouco a esta temática. Prado afirma que na falta de abastecimento oficial, o contrabando era uma rotina costumeira e lucrativa.

Seguindo a mesma visão, Teixeira Soares afirma que o comércio ilegal desenvolveu a região. Ele dá maior importância ao rio como via marítima para a obtenção de metais preciosos e ao contrabando apenas como um meio que desenvolveu economicamente aquele território.

O rio da Prata, para Soares, foi de importância histórica e econômica da expansão portuguesa para o sul, cujo intuito português era tornar este rio o limite natural do sul do Brasil¹³. Soares também chama a atenção sobre a origem da disputa entre os castelhanos e lusitanos pela Colônia do Sacramento ter sido pela importância política e econômica desse rio, como pode se perceber pelo seguinte trecho:

Embora fosse praça forte, a Colônia do Sacramento iria transformar-se em imenso empório de contrabando, chamando a atenção de Portugueses e Castelhanos para a singular importância política e econômica do sistema fluvial do Prata, como meio de acesso e transporte de riquezas. (SOARES, 1955, p. 18)

No entanto, Soares ressalta que foi não somente Portugal e a Espanha que reconheceram a importância desse rio, mas o resto da Europa também. Assim sendo, o autor destaca que foram através dos portugueses que a Europa reconheceu essa importância.

Atualmente o historiador Oscar José Trujillo tem levantado o questionamento sobre o termo comércio de contrabando. Trujillo afirma que este termo com a noção que temos hoje, que nos remete ao comércio que escapa da fiscalização do Estado, sendo caracterizado como algo ilícito e criminoso, por exemplo, era uma prática do cotidiano, visto que a Espanha não tinha como abastecer a colônia, já que passava por um processo de decadência na produção que a permeou durante o século XVII. Assim, a Espanha não teria como proibir na prática o comércio da colônia com o mercado internacional. Além dessas relações diplomáticas

¹² Ver a obra de Fabrício Pereira Prado na página 75. “*A Colônia do Sacramento: o extremo Sul da América portuguesa no século XVII.*” Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

¹³Esse assunto será abordado no terceiro capítulo deste trabalho

também havia um intercâmbio entre as fronteiras e mais especificamente entre essas populações.

RELAÇÃO ENTRE FRONTEIRAS

O Rio da Prata como limite natural do Brasil desde o início é visto por grande parte dos historiadores como uma das aspirações portuguesa, como Teixeira Soares, por exemplo, que afirma ser este rio um ponto de atração para a expansão portuguesa em direção ao sul, não somente este, mas os rios do interior, como o Tieté, foram de relevância para tal processo.

Um ponto similar entre Teixeira e Capistrano de Abreu é a importância que dão ao domínio português na região em torno Rio da Prata, como mesmo assume Teixeira ao citar um trecho da obra de Capistrano¹⁴. Este cita o seguinte trecho:

Que planos nutriam seus fundadores? Pode-se apenas dizer que não lhes interessavam ligações territoriais com o resto do Brasil, pois a colonização do Rio Grande começou mais de meio século depois da catástrofe de D. Manuel Lobo. Para as populações platinas a colônia fez época. O contrabando português minou pela base a arquitetura fiscal de Castela, comunicou importância às desdenhadas terras platinas gradualmente, emancipou-se do jugo transandino, franqueando-lhes o Atlântico – uma verdadeira revolução. (SOARES, OPI CIT, 1955, p.14)

Seguindo a mesma linha de perspectivas, Antonio de la Rica Bermejo destaca a relação entre Portugal e Inglaterra, já que possuíam o interesse de participar do comércio com Potosí. A Inglaterra desejava estabelecer relações comerciais com as regiões mineradoras do Peru, porém por haver uma proibição para tal, como também o risco que sofreriam pela distância, esta por sua vez uniu-se a Portugal. Para atingir tal pretensão, Portugal pretendia construir uma praça forte no Norte do Rio da Prata, que para isso enviou D. Manuel Lobo a Buenos Aires.

Bermejo ressalta que a notícia de tal intento chegou a Buenos Aires, onde governava Don. Josephy de Garro, que por sua vez contestou tal ato a Coroa Portuguesa afirmando que aquelas terras pertenciam a seu Rei, ou seja, o Rei da Espanha. A indignação entre os súditos de Buenos Aires foi imensa. Bermejo aponta que houve uma mobilização feita pelo líder de Buenos Aires, Don Melchor de Liñan y Cisneros, com os oficiais de Potosí, Tucumán e

¹⁴ Ver a obra de Soares, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Brand, 1955. pág. 14.

Paraguay¹⁵. Melchor os mobilizou a fim de obter soldados e indígenas de suas reduções para defenderem as terras sob sua jurisdição.

Percebe-se atrás do relato feito por Bermejo que a Zona Fronteiriça do Prata é marcada por disputas e conflitos entre os nativos e as “nações” interessadas nessa área. Por outro lado, Carina Santana Vieira apreende a região de fronteira onde se localizava Sacramento como uma zona de integração sócio-cultural e de intercâmbios econômicos e não unicamente pelas disputas e guerras.

Santana afirma que os nativos não tinham a percepção de estarem em terras espanholas ou portuguesas. A autora destaca que as relações sociais e a luta pela sobrevivência devem importar mais na análise, fato apontado no trecho a seguir:

Foi possível verificar que Sacramento consistiu em uma cidade fortaleza localizada em um espaço de fronteira disputado constantemente por portugueses, espanhóis, jesuítas e, ainda, habitada por grupos nativos. Estes fatores acabaram por influenciar na questão de a Colônia ter adquirido características diversas dos padrões portuguesas e hispânicos de colonização. A colônia do Sacramento, enquanto núcleo urbano e porto, acabava por constituir-se em um centro de reunião e interação de diversos grupos sociais, bem como de foco irradiador do poder e da ideologia da Conquista. (VIEIRA, 2000, p. 25)

Deste modo, a fronteira possibilita o desenvolvimento de relações econômicas e sociais entre portugueses e espanhóis ressaltando que poderia haver divergências destas com as perspectivas das comunidades do Rio da Prata¹⁶. Acrescenta ainda, que apesar das proibições existentes, para a Coroa, a relação entre portugueses e espanhóis se dava de forma indireta, por outro lado, no cotidiano a integração entre estes ocorreu de forma direta, pessoal.

Assim, nota-se através da abordagem de Carina Santana que a relação entre as fronteiras não se constituíam apenas por momentos de disputas, havia momentos de paz, o que a levou concluir que a vivência na colônia era instável.

Do mesmo modo, Fabrício P. Prado também apreende que na região fronteiriça havia a vivência entre portugueses, espanhóis e diferentes grupos indígenas. Todavia, Sergio Buarque destaca o intercâmbio da Colônia do Sacramento com o Brasil, afirmando que aqueles interessados na fundação da Colônia tinham por intuito abrir um caminho por via terrestre, mas os paulistas achavam essa idéia um absurdo.

¹⁵BERMEJO, IBIDEM, p. 9 e 10.

¹⁶ Para maiores detalhes destas relações, ver a obra de: VIEIRA, Carina Santana. *As relações cotidianas na zona Fronteiriça: o caso da Colônia do Sacramento*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 31.

Assim, podemos afirmar que havia certo intercâmbio entre os povos além da fronteira com Sacramento, fato este analisado pelo seguinte trecho:

As comunicações por via terrestre entre a Colônia do Sacramento e o Brasil que de certo modo corrigissem o insulamento em que se encontrava o presídio platino foi outro problema que desde cedo despertou o zelo das autoridades. Sabe-se que já os primeiros encarregados da fundação da Colônia até o Rio da Prata e para isso esperavam o concurso dos moradores daquela vila, acostumados de longa data a diligências semelhantes. Foram, entretanto, as advertências dos moradores dos mesmos paulistas, que julgavam quase impossível tamanho percurso em muito menos de dois anos, com o aparato de uma expedição de tal monta, que os levaram a optar pelo trajeto marítimo. (HOLANDA, 2003, p.391)

A RELAÇÃO ENTRE NATIVOS, JESUÍTAS, PORTUGUESES E ESPANHÓIS.

A relação entre os nativos e os castelhanos é vista por Teixeira Soares como uma relação amigável, pois os nativos se dispunham a matar os portugueses em favor dos espanhóis. Fato percebido em:

Os guaranis, fieis amigos dos Castelhanos, entraram a matar todos os Portugueses, feridos ou moribundos, com uma sanha desonrosa para a fidalguia de Buenos Aires. Foi preciso o mestre-de-campo Vera Muxica, arriscando a vida, acudir a Lobo, salvando-o por milagre da ferocidade dos aliados dos espanhóis. (SOARES, 1955, p.18)

Desta maneira, Soares vê os nativos como submissos a Coroa Espanhola, em que estes não teriam voz ativa, seriam sempre pacíficos aos espanhóis. O que difere da perspectiva de Bermejo que os percebe como autônomos, isto é, adotam suas próprias decisões, independente da influência da Espanha ou de Portugal.

Bermejo relata, como já foi abordado anteriormente, que quando Buenos Aires soube da missão de Manuel Lobo, que era colonizar a Região do Prata, tratou o chefe de Buenos Aires de mobilizar regiões adjacentes a seus territórios a fim de opor resistência a este, conseguindo de seus aliados próximo um maior número de soldados e indígenas. O que aponta para a perspectiva de “liberdade” que estes possuíam, que na prática não era vivenciada como o termo nos remete a pensar, como alguém livre de qualquer opressão.

No que diz respeito às missões jesuíticas, Soares destaca que na história de Sacramento encontram-se “indissolúvel” os Jesuítas, que foram fundamentais para a purificação dos costumes dos viajantes, além de empreenderem material de importância em suas viagens. Em relação aos espanhóis, os jesuítas são vistos por Soares como cooperadores nos assaltos em que estes empreendiam, já em relação aos portugueses eram reconhecidos por sua assistência religiosa aos moradores daquela região, bem como aos soldados. Como mesmo afirma o autor, utilizando em um trecho da obra do historiador uruguaio Carlos Ferres em:

No campo espanhol como condutores daquelas valorosas legiões guaranis que desciam das Missões, impacientes pelo assalto e cuja cooperação foi sempre decisiva para inclinar a vitória para as armas do Rei Católico. No campo português, pelo seu labor no auxílio religioso aos soldados e moradores e pela sua adesão às empresas de progresso material em que os representantes de sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal queriam pôr o brilho que os repetidos contrastes arrebatavam às suas armas. (SOARES, OPI CIT, 1955, p.18)

Capistrano de Abreu apresenta de outro modo à relação dos Jesuítas com os índios, portugueses e espanhóis. Os Jesuítas seriam um meio de intercâmbio para fazer com que os índios se sujeitassem a ordem régia, essa característica pode ser percebida na solicitação dos governantes ao apelar aos Jesuítas que influenciassem na obediência de espírito dos sete povos das missões que são: São Miguel, São João, São Borja, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São Ângelo e São Nicolau.

Contrapondo esta visão, Jaime Cortesão percebe a relação entre os Jesuítas e os Índios, como uma relação com certa solidariedade, e os portugueses e os espanhóis como descrentes, ligados pelo descaso a Companhia de Jesus¹⁷. No que se refere à resistência indígena, Cortesão afirma que “*Embora os jesuítas tivessem razões para carregar nas cores do retrato que pintam, os índios, que as suas declarações nos deixam entrever, dificilmente podem julgar-se capazes de organizar e manter a tenaz resistência que opuseram à penetração das forças portuguesas e espanholas no período que medeia entre 1753 e 1756.*” (CORTESÃO, 1955, p.10)

Em relação às bandeiras, Teixeira Soares vê os bandeirantes como aliados dos portugueses, relação esta perceptível no episódio ocorrido no período de dominação dos

¹⁷Concepção apresentada na introdução da coleção de manuscritos reunidos de CORTESÃO, Jaime. *Tratado de Madri: Antecedentes – Colônia do Sacramento. (1669-1749)* Biblioteca Nacional, 1954. p. 10.

Filipes, mais precisamente em 1630, em que os espanhóis demonstraram resistência aos invasores de Guairá, como, por exemplo, Antonio Raposo Tavares, Frederico de Melo, entre outros. Os Bandeirantes, por sua vez, como são relatados pelo autor, teriam dito aos espanhóis “Vimos expulsar-vos deste país, pois nos pertence e não ao rei de Espanha.” (CORTESÃO, 1955, p.9).

Abreu, por outro lado, mostra que as bandeiras tinham por base adestrar os índios na utilização das armas de fogo, fato apreendido ao ser mencionado que as bandeiras de São Paulo obtiveram autorização espanhola para terem armas de fogo para adestrar os índios. Desta forma, percebem-se os índios como submissos, passivos a este controle, idéia também tomada por Teixeira Soares.

Carina Santana mostra que os índios eram aprisionados nas Bandeiras para serem aplicados como mão-de-obra, já que o comércio de escravos estava desestruturado. Fato abordado no seguinte trecho:

Os bandeirantes realizavam ataques às missões jesuíticas, que culminavam com a sua destruição ou transferência. Nestas investidas, indígenas eram aprisionados para serem utilizados como mão-de-obra, visto que durante o período da União Ibérica, devido à invasão do nordeste brasileiro pelos holandeses, o comércio de escravos africanos desarticulou-se, gerando falta de mão-de-obra. (VIEIRA, 2000, p.19)

Pôde-se perceber que há autores que refletem sobre a relação entre índios e espanhóis como uma relação pacífica, alegando que os nativos seriam submissos a coroa castelhana, sem voz ativa nesta relação; por outro lado, há autores que apresentam os nativos dotados de decisão própria, mostrando-se resistentes a dominação.

No que diz respeito às missões jesuíticas, a relação entre jesuítas e índios é vista por alguns com uma relação de certa reciprocidade, além de haver outros que afirmam que os jesuítas eram um meio de intercâmbio entre os poderes régios e os indígenas. Já em relação às Bandeiras, alguns autores pressupõem que os bandeirantes eram aliados dos espanhóis, outros, viam os índios apenas por sua utilidade como mão-de-obra, como também os que conferiam aos jesuítas o papel de adestrar os índios para a utilização de armas de fogo.

A POSSE

A questão sobre a legitimação de posse da Colônia do Sacramento tem sido intensamente debatida. Podemos constatar, pela análise das obras tidas como referência, que a questão sobre a posse tem como marco, para alguns autores, o Tratado de Utrecht, outros ressaltam o Tratado de Madri, como também há os que definem o Tratado de Santo Idelfonso, na maioria das obras, como o marco da legitimação da posse.

De maneira geral, a maioria dos historiadores conferem ao Tratado de Santo Idelfonso o marco oficial que terminou com a disputa entre as Coroas Castelhana e Lusitana pela Colônia do Sacramento, o que conota certa complementação de idéias a um único fim. Por outro lado, há autores que dão enfoque a um determinado tratado, principalmente aos tratados de Utrecht e de Madrid.

Segundo Capistrano de Abreu, após a aparição das desvantagens da linha de Tordesilhas e a chegada da expedição de Fernão de Magalhães, sob o comando de Juan Sebastian, à Espanha, a Colônia do Sacramento foi restituída aos portugueses pelo Tratado de Utrecht¹⁸.

Explicitando de uma forma mais clara, Teixeira Soares afirma que, no Congresso de Utrecht, os diplomatas portugueses Conde de Tarouca e Don Luis da Cunha conseguiram grandes feitos, que o autor discrimina em:

Aquêles diplomatas conseguiram duas coisas fundamentais e importantes: que nem os francêses nem quaisquer outros estrangeiros se estabelecessem no estuário do Amazonas e nas Terras do Cabo Norte; e que a Espanha cedesse Colonia do Sacramento. (SOARES, 1955, p.29)

Ainda refletindo sobre o Tratado de Utrecht, Jonathas da C. R. Monteiro destaca que a Europa no século XVIII estava esgotada pelas continuas guerras, pela miséria geral que os assolava, levando os países europeus, como nomeia o autor, a necessidade de paz. Assim, foi assinado entre Portugal e Espanha o tratado em 11 de abril de 1713, firmando a cessação das hostilidades.

Em relação ao Tratado de Madrid, Prado fazendo uma análise da concepção de Monteiro, afirma que segundo este último, foi pelo Tratado que Portugal pela primeira vez teria admitido à perda da Colônia, todavia para que sua retirada acontecesse era necessária uma compensação. A perda da colônia seria justificada pela troca dos territórios que compreendem as Sete Missões, à época, ocupa pelos Jesuítas, e que mais tarde seriam

¹⁸ O autor não explicita com clareza como isso teria sido efetivado.

incorporados ao domínio lusitano. Contudo, foi somente através das guerras de 1776 e sob as considerações do Tratado de Santo Idelfonso¹⁹ que se oficializou a perda da Colônia do Sacramento e das Missões do Uruguai de Portugal para Espanha.

Monteiro explicita essa compensação ao afirmar que à marcha dos portugueses para o Sul não teria agradado a Espanha, sendo este possivelmente o motivo que levou a troca da Colônia pelos povos das Sete Missões, além de que os padres tinham maior domínio sobre os nativos do que os próprios espanhóis.

Para Teixeira Soares, o Tratado de Madrid também é marcado pela troca entre Portugal e Espanha, no qual seria restituída à Espanha a Colônia do Sacramento, e à Portugal caberia as aldeias sob domínio dos Jesuítas, os povos das Sete Missões. Todavia, o Tratado foi questionado por ambas as partes, visto que com a entrega da Colônia do Sacramento, Portugal perderia o norte deste território, a campina uruguaia, como denomina o autor, já a Espanha reclamara que o fato de ser a Rainha da Espanha portuguesa, teria influenciado no rumo das negociações²⁰.

O mesmo autor destaca ainda que antes da assinatura do Tratado de Madrid “[...] *Nova Era iria abrir-se para as relações entre Portugal e Espanha com a subida ao trono de Fernando VI, casado com a Infante Maria Bárbara de Bragança. Dom José I havia casado com Dona Mariana Vitória, filha de Felipe V, de maneira que as côrtes ibéricas estavam duplamente ligadas por casamentos dinásticos. [...]*” (SOARES, 1955, p.33).

Autores como Jonathas da Costa Rego Monteiro e Antonio Bermejo de la Rica afirmam que foi o Tratado de Santo Idelfonso que oficializou a perda de Portugal sob a Colônia do Sacramento bem como dos Povos das Sete Missões.

Primeiramente, Monteiro destaca que com a anulação do Tratado de Madrid, a Colônia permaneceu com Portugal. Para cessar a guerra que de um lado estava França, Espanha e Nápoles, e do outro a Inglaterra e Portugal, que no início procurou Portugal se neutralizar, foi firmado o Tratado de Paris de 1763.

Expedições foram organizadas, como a expedição espanhola de D. Pedro Cevalhos, a fim de recuperar a Colônia, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Segundo Monteiro, Cevalhos afirmava que esses territórios pertenciam à Espanha, visto que o Tratado de 1750 foi anulado. Essa expedição cessou pelo Tratado de Santo Idelfonso, no qual Portugal ficaria sem a Colônia e sem as Missões Uruguaia, perdendo territórios ao Sul, as lagoas Mirim e Mangueira, pois a linha de 1750 recuou até Piratini.

¹⁹ Ver a obra de MONTEIRO, Jonathas Costa de Rego. IBIDEM.

²⁰ O autor não esclareceu como a Rainha teria influenciado nos rumos da negociação.

Por outro lado Teixeira Soares, procurando complementar esta visão, justifica as perdas sofridas por Portugal, pelo fato de que, como mesmo afirma o autor, “[...] Dom Francisco Inocêncio de Souza Coutinho e o Conde de Floridablanca iniciaram negociações diplomáticas que culminaram na assinatura do infeliz tratado de Santo Idelfonso, a 1º de outubro de 1777, arrancando a Portugal pela Espanha, então de armas na mão e trovejando ameaças. [...]” (SOARES, 1955, p.38)

O autor Marc Bloch destaca que “[...] O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.” (BLOCH, 1941, p.29).

Assim, podemos abordar o fato de que independente de uma obra ser clássica ou não, ela é válida para uma pesquisa, visto que a construção de qualquer obra se faz de acordo com a filosofia da época sob a qual está surgindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender pela presente obra que a história de Fundação da Colônia do Sacramento tem sido intensamente debatida pela historiografia, embora a primeira vista não parecesse.

Neste artigo procuramos analisar as diversas perspectivas sobre as principais motivações que impulsionaram a disputa entre Portugal e a Espanha pela referida Colônia, além das questões que envolveram sua história de posse.

É importante ressaltar que os pontos aqui tratados não são os únicos apontados pela historiografia, foram selecionados os fatos que permeiam de maneira geral as obras tidas como referência.

Apesar da dificuldade em trabalhar com obras de autores de contextos históricos e épocas diferentes. Podemos notar que em certos aspectos essas visões se complementam e em outros se contrapõem, o que nos mostra ser de grande valia, visto que trouxeram para um maior esclarecimento perspectivas que outrora não tínhamos conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano. Sobre a Colônia do Sacramento. Org.: Lyeu Literário Portuguez. Rio de Janeiro: Typographia, 1900.
- BERMEJO DE LA RICA, Antonio. La colônia Del Sacramento: Su Origen, Desenvolvimento y vicisitudes de su Historia. Católica Tolidana: Madrid, 1920.
- CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). Las Redes del Imperio. Elites sociales en la articulación de la monarquia hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons Historia, 2009. p.341-358.
- BLOCH, Marc. Introdução à História. 5º ed. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.
- CORTESÃO, Jaime. (introdução). Manuscritos da Coleção de Angelis: Tratado de Madrid. Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. p.5-11.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 13º ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2003, Tomo I, Vol. 1, pp. 349-395.
- SOARES, Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865). Rio de Janeiro: Brande, 1955.
- VIEIRA, Carina Santana. As relações cotidianas na zona fronteiriça: o caso da colônia do Sacramento. (monografia) Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2002
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. A colônia do Sacramento 1680-1777. Porto Alegre: GLOBO, 1937.
- PRADO, Fabrício Pereira. A colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa. No século XVIII. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.